

O CASO DA ESCOLA DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA POR UM VIÉS DE GÊNERO

Isabella Bonaventura de Oliveira *

Resumo: O artigo apresentará os dados iniciais da pesquisa de Mestrado que se propõe a analisar as estratégias empreendidas por farmacêuticos e dentistas paulistas na delimitação de um espaço de atuação e ensino separados da Medicina. Tomando como ponto de partida os discursos mobilizados nos periódicos oficiais da Sociedade Farmacêutica Paulista e da Sociedade Odontológica Paulista, analisa-se o processo de estabelecimento de alianças e fronteiras (de quem está autorizado a falar e atuar) por uma perspectiva de gênero.

Palavras-chave: Gênero – História das Ciências – Escola de Farmácia e Odontologia

Abstract: This article presents the research's initial data that analyzes the strategies undertaken by paulista's pharmacists and dentists to delimitate their professional and teaching in a separated field from Physics. Using as starting point the speeches published in the official periodicals of Pharmaceutical's Paulista Society and Dental's Paulista Society, this study aims to analyze the process of construction of alliances and boundaries (related to who is or who is not authorized to speak and practice these functions) through a gender bias.

Keywords: Gender – History of Science – Pharmacy and Dentistry School

Introdução

Na passagem para o século XX, farmacêuticos e dentistas paulistas se organizaram com o objetivo de se separarem das Faculdades de Medicina¹ e criar suas próprias instituições. Para tanto, esses grupos buscaram delimitar suas especificidades e contribuições às políticas modernizadoras² que ganhavam espaço na Primeira República.³

Nesse momento, as profissões na área de saúde incumbiram-se da tarefa de civilizar a nação por meio de ações de saúde pública e higiene. Em diálogo com esse projeto, observamos em São Paulo a fundação de espaços voltados à saúde pública, assim como, escolas engajadas na formação de profissionais especializados⁴. No âmbito da Farmácia e da Odontologia destaca-se a fundação de suas sociedades científicas: *Sociedade Farmacêutica Paulista* (1894) e *Sociedade Odontológica de São Paulo* (1904), assim como, a *Escola Livre de Farmácia* em 1898. Essa instituição anexaria os cursos de Odontologia e Obstetrícia em 1903, tornando-se: *Escola de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia de São Paulo*.

Os periódicos paulistas especializados em Farmácia e Odontologia eram vinculados às recém-fundadas sociedades e atuavam na veiculação de notícias, troca de experiências

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), sob a orientação da Prof^a Dr^a Márcia Regina Barros da Silva. Bolsista CAPES. E-mail: isa.bonaventura@gmail.com

profissionais e debates⁵. A *Revista Farmacêutica*, por exemplo, foi fundada em 1895 pela *Sociedade Farmacêutica Paulista* e sofreu duas interrupções: a primeira entre maio de 1899 e janeiro de 1902, e a segunda entre janeiro de 1903 a janeiro de 1905. Ao longo desse segundo intervalo, farmacêuticos e dentistas associaram-se e lançaram a *Revista Farmacêutica e Odontológica* (1903 a 1904). Finalmente, após a criação da *Sociedade Odontológica Paulista* (1905), dentistas e farmacêuticos voltaram a manter periódicos distintos: foi criada a *Revista Odontológica Paulista* que circulou entre 1905 e 1911 e a *Revista Farmacêutica* foi retomada, perdurando até 1914.

A *Escola de Farmácia*, fundada em outubro de 1898, contou com a presença de alunas desde seus anos iniciais⁶, esse caso nos permitirá discutir a institucionalização da Farmácia e Odontologia em São Paulo enquanto processo atravessado por discursos⁷ e concepções de gênero⁸. Nesse período destacamos a influência de leituras médico-jurídicas que, a partir de uma suposta ‘evidência biológica do sexo’⁹, classificariam ‘homens’, ‘mulheres’ e suas respectivas habilidades.

Através de uma abordagem histórica, nos afastaremos de leituras lineares e progressistas, segundo as quais a fundação da Escola de Farmácia e Odontologia figuraria como resultado de políticas modernizadoras republicanas (ações sociais), ou como consequência de um olhar ascético – e supostamente neutro – sobre uma ‘natureza’ já existente (atividade científica). Em diálogo com Bruno Latour, consideramos que:

La historia de las ciencias no se cansa de mostrarnos mediante qué tanteos, qué zigzags, los colectivos eruditos alcanzan esta correspondencia, ese ajuste con los seres del mundo. El acceso a algún objeto alejado del mundo depende, ya lo hemos visto, de un entramado de múltiples intermediarios y del deslizamiento rápido pero siempre arriesgado de una constante. (...) exigen un largo aprendizaje que siempre se hace por ensayo y error. Su movimiento se parece más a la agitación de un hormiguero que al paso de un tren de alta velocidad.¹⁰

Segundo essa perspectiva, o presente estudo almeja seguir as alianças, assim como as fronteiras, estabelecidas entre farmacêuticos(as), médicos, dentistas, compostos químicos, laboratórios, consultórios, bocas, espaços de ensino e sociedades científicas. Para tanto, apresentaremos uma análise inicial – e que pretende ser aprofundada – dos artigos publicados nos periódicos da *Sociedade Farmacêutica Paulista* e da *Sociedade Odontológica Paulista* em seus primeiros anos, destacando aqueles que abordaram a presença de alunas na *Escola de Farmácia* e os discursos de duas dentistas para a *Sociedade Odontológica Paulista*.

O estabelecimento de fronteiras e alianças: Farmácia e Odontologia em São Paulo

Durante a última década do século XIX e anos iniciais do século XX, grupos de farmacêuticos e dentistas paulistas buscaram estabelecer um espaço de atuação e ensino separado da medicina. Esses setores recorreram à organização de alianças, fundando suas sociedades científicas e revistas especializadas. Além da busca por aliados, destaca-se a delimitação de uma identidade profissional, ou seja, a afirmação de quais seriam os saberes, objetos e práticas adequados ao ‘bom’ farmacêutico e dentista, assim como, quem estaria autorizado a exercer essas profissões.

Em um primeiro momento, a *Revista Farmacêutica* se propôs a agregar farmacêuticos de diferentes localidades, principalmente, aqueles que residiam na capital paulista e interior do estado. Conforme se observa no editorial lançado em 13 de Maio de 1895, essa publicação advogava a necessidade de um posicionamento coletivo:

Como foi que os nossos colegas d'além mar conseguiram elevar a nossa classe? Instruindo-se, formando associações e criando revistas profissionais. Trataremos, pois, de imitá-los e conseguiremos certamente o nosso *desideratum* (...) De todo interior do Estado recebemos constantemente numerosas adesões e em todas as sessões regularmente realizadas a concorrência, o entusiasmo e a solidariedade que se devia esperar daqueles que se reúnem para combater por uma causa nobre.¹¹

Na passagem para o século XX – e em seus anos iniciais – as revistas da *Sociedade Farmacêutica Paulista* e da *Sociedade Odontológica Paulista* publicam numerosos textos com o objetivo de contestar algumas concepções sobre o que seria a Farmácia e a Odontologia. A profissão de dentista, por exemplo, ao longo do século XIX possuía a fama de atividade puramente mecânica, desenvolvida por escravos¹². A Farmácia, entretanto, possui uma trajetória distinta: adquiriu relativo status social ao aproximar-se das instituições de ensino médico já na década de 1830. No Rio de Janeiro podemos observar a fundação de sociedades¹³ e revistas científicas¹⁴ efêmeras, bem como, a existência de uma sessão de farmácia na *Academia Imperial de Medicina*¹⁵. Tais associações oitocentistas buscavam dissociar o farmacêutico de sua fama de comerciante¹⁶, vinculando-o a uma imagem, supostamente neutra, de ‘cientista’.

A fim de estabelecerem um novo espaço de discurso e atuação, as sociedades de farmacêuticos e dentistas paulistas, além de se associarem a profissionais de diferentes localidades, também estabeleceram conexões com os não-humanos (Compostos químicos, fármacos, boca, por exemplo). Destaca-se que tais misturas [de Natureza e Cultura] eram divulgadas na imprensa científica por um viés *purificado*¹⁷, colocando esses profissionais como leitores objetivos dos sinais emitidos pela ‘Natureza’.

A *Revista Farmacêutica* – em artigo de julho de 1895 publicado na coluna mensal *De Mez em Mez* – destacou a importância da ‘boa manipulação’ dos medicamentos para que as práticas terapêuticas obtivessem pleno êxito:

Uma boa farmácia, isto é, a preparação conscienciosa dos medicamentos, sua qualidade irreprochável e uma dosagem de perfeita exatidão constituem condições indispensáveis para a eficácia de qualquer medicina; e se esta condição de boa farmácia não for preenchida, os esforços do médico serão nulos – seja qual for o seu saber, seja qual for a sua experiência.¹⁸

Em relação à Odontologia, a *Revista Odontológica Paulista*, em janeiro de 1908 enaltecia a necessidade de ‘determinados conhecimentos’ para que o dentista pudesse exercer sua atividade devidamente:

Se tantos cabedais científicos são exigidos pelas leis, como tolerar o exercício da odontologia por aqueles que são inteiramente leigos na matéria e alguns até analfabetos. Do mesmo modo que o médico é ginecologista, parteiro, cirurgião, especialista de sífilis, da garganta, de olhos, ouvidos. Porque não considerar a odontologia uma especialidade, um ramo dessa grande ciência.¹⁹

Juntamente com a especificação de quais agentes, procedimentos e saberes comporiam a prática farmacêutica e odontológica, percebe-se, também, a delimitação de quais grupos estariam autorizados a exercê-las. Nesse momento, assim como fizeram os médicos paulistas e cariocas, farmacêuticos e dentistas evocaram a autoridade do ‘cientista’ para delimitar quem estaria ‘qualificado’ para atuar – e não hesitar – frente aos sinais emitidos ‘passivamente’ pela natureza²⁰.

Sendo assim, os práticos (profissionais que não possuíam diploma) ainda que registrados junto ao Serviço Sanitário, eram citados como desqualificados e, principalmente, como um perigo à manutenção da saúde pública republicana. Tais grupos eram acusados pelas sociedades científicas de não possuírem o conhecimento ‘objetivo’ necessário ao bom desempenho profissional, conforme se observa em artigo publicado na *Revista Farmacêutica* em junho de 1895:

O meu desejo é que cesse de uma vez e para sempre o abuso inqualificável e imoral de se concederem licenças para abertura de farmácia a indivíduos que não tem título científico legal ou legislados pelos meios admitidos em direito. Não encontro razões plausíveis que me convenção de que é ato de humanidade a concessão de tais regalias, porque o fato da necessidade não habilita o indivíduo com elementos para exercer essa profissão, e manipulação de medicamentos não é coisa de nonada para ver confiada a quem não dispõe de preparo.²¹

Esta postura ascética e excludente do especialista, que permeia a noção de ‘objetividade científica’, foi alvo de revisões críticas como as de Donna Haraway. A autora discute de que maneira tal concepção protege o cientista de juízos morais em relação às suas práticas e saberes. Nesse sentido, o pesquisador atua como se possuísse um ‘olho sem corpo’²² que o permitiria ver tudo sem se situar ou se comprometer. Apesar do discurso de neutralidade evocado pelo cientista, a autora destaca que sua prática é atravessada por posicionamentos – e comprometimentos – políticos e de gênero. Sendo assim, farmacêuticos e dentistas paulistas mobilizaram o prestígio e ascetismo do lugar de fala do cientista para caracterizar suas alianças com os *não-humanos*, assim como, na delimitação de fronteiras, criando uma separação entre aqueles que estariam autorizados – ou não – a exercer tais ofícios. Dito isso, pontua-se que a *Sociedade Farmacêutica Paulista* e a *Sociedade Odontológica Paulista* também se utilizaram do lugar de fala prestigiado que a medicina dispunha no período. O trecho da *Revista Odontológica* de 1908 [Nota 17] destacou que o dentista atuaria em um ramo da medicina, enquanto que o excerto da *Revista Farmacêutica* – publicado em maio de 1895 – defendeu que a ‘boa’ manipulação dos medicamentos seria uma etapa crucial no tratamento dos enfermos.

Porém, tal vínculo com os médicos não seria suficiente para que farmacêuticos e dentistas atingissem seu objetivo de criar um espaço de ensino e um campo profissional próprio. A fundação de uma faculdade autônoma seria um movimento estratégico nesse processo de formação de identidade profissional, ampliando a quantidade de profissionais atuantes e resultando em novas alianças. Com a criação da Escola, também se esperava enfraquecer a atuação dos profissionais sem diploma e padronizar a formação das futuras gerações:

Conquanto a criação da Sociedade Farmacêutica de São Paulo seja elemento poderoso para chegar-se a esse desideratum, não é todavia bastante, e acho de indeclinável necessidade a fundação de uma Escola de Farmácia com programa vasto e de acordo com o progresso hodierno. Desde que esteja instalado um centro científico de tal ordem, muitos moços de talento, de boa vontade e desejosos de aprender, virão inscrever-se e teremos um exército de trabalhadores, onde o estímulo e o patriotismo predominarão, porque o discípulo de hoje poderá vir a ser o mestre de amanhã.²³

Escola de Farmácia e Odontologia por um viés de gênero

A análise da *Revista Farmacêutica* e da *Revista Farmacêutica e Odontológica* também nos permite observar a circulação de artigos que estimulavam a presença de alunas na *Escola de Farmácia e Odontologia*²⁴. Essa instituição apresenta-se como caso interessante

para pensar a presença de mulheres no ensino superior, considerando as matriculadas em 1903: dos 166 alunos inscritos em Farmácia, 25 eram mulheres (15%) e em Odontologia dentre os 46 matriculados, havia 11 alunas (23%)²⁵.

Primeiramente, deseja-se refletir sobre a necessidade de se produzir discursos que abordem a aptidão das mulheres à profissão de farmacêutica e dentista. Destaca-se que a presença de alunas na *Escola de Farmácia* a partir de 1898 se dá no mesmo momento em que as revistas especializadas e sociedades científicas almejavam se posicionar como portadoras da objetividade científica neutra que segundo Haraway e Stengers é um caractere propriamente masculino [Ver nota 21]. Sendo assim, observamos a necessidade da produção de discursos que justificassem – e explicassem – a presença de alunas na *Escola de Farmácia*, ou seja, de que maneira – ou em quais postos de trabalho – este grupo considerado ‘necessariamente marcado’ ou ‘parcial’²⁶ poderia atuar.

Em ata da *Sociedade Farmacêutica* publicada em outubro de 1898, as futuras farmacêuticas foram citadas como ‘colaboradoras ilustradas’ e, além disso, o preparo de medicamentos foi comparado à receita de um doce:

A Escola de Farmácia pode também proporcionar à mulher brasileira mais uma aptidão à sua inteligência, mais um ramo de vida às suas justas aspirações. A eterna e boa companheira dos nossos dias, que já nos correios e nos *telefonos* tem tido ocasião de provar as suas aptidões, pode também aproveitar a profissão de farmacêutico colaborando conosco nos progressos do espírito humano. Quem melhor, pergunta o orador, poderia adoçar uma pílula.²⁷

Esta asserção enfatizou de que maneira as habilidades necessárias à gestão do ambiente doméstico poderiam ser úteis à prática farmacêutica, ou seja, formulou-se um discurso para tornar inteligível a existência de uma farmacêutica – que acima de tudo ‘seria mulher’ – em um lugar de fala que se pretende científico e atuante na saúde pública republicana. Considera-se que a finalidade dessa abordagem seria justificar a presença de farmacêuticas e dentistas em espaços responsáveis por formular discursos engajados com a saúde pública – e externos ao ambiente doméstico.

Nesse sentido, em artigo da *Revista Farmacêutica* – Fevereiro de 1899 – a farmacêutica é citada como plenamente capaz de administrar uma farmácia e preparar medicamentos. Embora os artigos apresentassem uma visão ‘progressista’ que envolveria a profissionalização das mulheres, percebemos que os argumentos mobilizados não rompem, e nem questionam, a associação entre o feminino e o lar:

É tempo de dilatarmos os horizontes para a atividade da mulher, dar-lhes profissões mais liberais, mais intelectuais, mais e melhores elementos para a luta da vida. Dirigir seu lar; dirigir sua farmácia e acalantar seus filhos, poderá a mulher fazer com aquilo doce energia, com aquela rigorosa brandura.²⁸

Apesar da presença de alunas na *Escola de Farmácia*, destaca-se que a *Sociedade Farmacêutica* não possuía associadas, tampouco, a *Revista Farmacêutica* continha artigos escritos por mulheres. Entretanto, ao analisarmos as atas da *Sociedade Odontológica Paulista*, publicadas pela *Revista Odontológica* a partir de 1903, destaca-se a presença de seis dentistas que mantinham consultórios na região central da cidade de São Paulo ²⁹.

Em discurso à *Sociedade Odontológica Paulista*, publicado pela *Revista Odontológica Paulista* (Fevereiro de 1906), a dentista Clymente de Andrade descreveu a trajetória da Odontologia até aquele momento, frisando que a profissão pouco a pouco se separou das habilidades mecânicas, tornando-se uma atividade permeada pela racionalidade e neutralidade científica. Esse discurso sublinhou a importância da Odontologia na gestão do corpo social, enaltecendo o cuidado com a saúde bucal das crianças e, em seguida, destacou as vantagens da presença de mulheres nesse ofício: “Quem melhor que a mulher, que está mais acostumada a aturar essas inquietas criaturinhas, acharão meios audaciosos e prontos, para a execução de trabalhos na boca desses adoráveis manhosos, de que a maioria dos dentistas tanto se queixa.³⁰”

Em sua fala, Clymente buscou justificar sua atuação profissional, para tanto, evocou a concepção de que a ‘mulher’ disporia ‘naturalmente’ de mais habilidade no tratamento das crianças. Para tanto, a dentista evocou a presença de uma essência feminina que se refletiria em sua prática clínica e lhe asseguraria um espaço de atuação na Odontologia: o público infantil. Desta forma, Andrade defendeu que as dentistas poderiam mobilizar a suposta ‘natureza maternal feminina’ no exercício da profissão, fortalecendo, assim, o papel dessa atividade na República. Ao longo de seu discurso, abordou a Odontologia como uma profissão a serviço da família e da criança, sendo assim, defendeu que a formação de mulheres nessa área não apresentaria uma desordem às concepções de gênero instituídas³¹: “Ficai certos, também vos digo, de que, por se entregarem ao estudo das artes e das ciências, não perderão elas os caracteres próprios, e, portanto, não deixarão de ser boas esposas, mães, filhas ou irmãs extremosas.”³²

Destaca-se, também, o discurso de Vera Andrade – irmã de Clymente – à *Sociedade Odontológica Paulista*, publicado pela *Revista Odontológica Paulista* em julho de 1906. Vera

abordou as interfaces entre Odontologia e Direito, destacando os momentos em que os dentistas poderiam ser úteis tanto no foro civil quanto no criminal. Em relação ao primeiro, a autora citou a importância do dentista em exames pré-nupciais: “A lei que rege esse ato faculta, entre nós, aos interessados, o exame prévio dos nubentes, a bem da procriação duma raça forte e sadia. O dentista mais do que ninguém ao lado do médico deveria ser o perito escolhido.”³³ Ao longo de sua fala, Vera expressou o desejo de dispor de um lugar de fala neutro que através do exame dos corpos contribuiria para o fortalecimento da República, segundo os parâmetros político-científicos da época.

Vera e Clymente de Andrade destacaram em seus discursos a ligação direta entre a saúde bucal e a formação de populações sadias, Clymente citou a necessidade de se atentar ao público infantil e destacou a vantagem na formação de mulheres dentistas. Vera, por sua vez, abordou um aspecto importante nas discussões de sua época: a Eugenia e a Antropologia Criminal, pontuando de que maneira a Odontologia poderia auxiliar o Estado, aconselhando matrimônios entre indivíduos supostamente ‘sadios’.

Conclusões Preliminares

Este artigo apresentou uma análise inicial dos discursos veiculados nos periódicos da *Sociedade Farmacêutica Paulista* e da *Sociedade Odontológica Paulista*. Discutimos a institucionalização da Farmácia e Odontologia em São Paulo enquanto processo dinâmico, permeado por discussões de gênero, busca por alianças e definições de fronteiras.

Durante as décadas iniciais da Primeira República, farmacêuticos e dentistas paulistas buscaram estabelecer alianças com o Estado, profissionais do interior, médicos, medicamentos, compostos químicos, boca, crianças, entre outros agentes. Além da busca por aliados, outro aspecto observado ao longo desta análise foi a delimitação de quais setores estariam ou não autorizados a exercer a Farmácia e a Odontologia, considerando que as sociedades científicas desejavam enfraquecer e sobrepujar os profissionais que não possuíam diplomas de faculdade. Nesse sentido, a fundação da *Escola de Farmácia* em 1898 seria um passo estratégico para a institucionalização dessas profissões e criação de um espaço de fala autônomo em relação à Medicina.

A análise dos artigos que abordaram a presença de mulheres na *Escola de Farmácia e Odontologia* e os discursos formulados pelas dentistas nos permite discutir as interfaces entre

produção de conhecimento, gênero e poder na República. Ao longo das publicações, é possível perceber a elaboração de uma identidade própria à mulher, por meio da qual se discutiria a legitimidade do exercício profissional de farmacêuticas e dentistas.

Apesar desse lugar da identidade de gênero mostrar-se estável e irrefutável, observamos a necessidade em se produzir uma série de discursos para justificá-lo. Nesse sentido, os artigos que abordam a presença de alunas na *Escola de Farmácia*, ou o exercício profissional das dentistas, buscam criar uma coerência entre sexo, gênero e atuação profissional. Tais falas citavam usualmente as farmacêuticas como auxiliares ilustradas, associando a gestão de uma farmácia aos cuidados do lar, ou estimulando que as atividades clínicas – no caso das dentistas – voltassem-se ao público infantil. O desenvolvimento dessa pesquisa pretende, justamente, aprofundar os problemas apresentados ao longo deste artigo.

NOTAS DE REFERÊNCIA

¹ Segundo a Reforma Leôncio de Carvalho, promulgada em 19 de abril de 1879 “Em cada uma das Faculdades de Medicina, estaria uma escola de farmácia, um curso de obstetrícia e ginecologia e de cirurgia dentária” MELO, Cristiane S.; MACHADO, Maria Cristina G. “Notas para a História da Educação: Considerações acerca do decreto nº 7.247, de 19 de Abril de 1879, de autoria de Carlos Leôncio de Carvalho”. In: Revista HISTEDBR On-line, s/v (34), 2009, p.300. Sendo assim, cursos superiores de Farmácia e Odontologia eram anexos às Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, exceto a Escola de Farmácia de Ouro Preto (criada em 1839).

² Segundo Luciana Murari, após 1870, os projetos políticos e literários voltaram-se à modernização nacional. A autora destaca que modernizar significava se afastar de um passado agrário (considerado arcaico) e aproximar-se da vida, sociabilidade e instituições urbanas. MURARI, Luciana. *Natureza e cultura no Brasil (1870-1922)*. São Paulo: Alameda, 2009. Acerca deste processo histórico, Jeffrey Needell aponta que a Europa, principalmente a França e a Inglaterra surgiram como grandes modelos a serem seguidos (na cultura, no urbanismo, nas políticas públicas). NEEDELL, Jeffrey. *Belle Époque Tropical Sociedade e cultura de elite no Rio De Janeiro na virada do século*. Trad. Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

³ SILVA, Márcia. *O Laboratório e a República: saúde pública, ensino médico e produção de conhecimento em São Paulo (1891-1933)*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: FioCruz, 2014, p.91.

⁴ Dentre os quais podemos citar: o Hospital da Santa Casa de Misericórdia (1885), o Serviço Sanitário de São Paulo (1892), a Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (1895), a inauguração da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (1913) e a Escola Paulista de Medicina (1933). SILVA, Márcia. *O Laboratório e a República: saúde pública, ensino médico e produção de conhecimento em São Paulo (1891-1933)*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: FioCruz, 2014.

⁵ As relações entre periodismo especializado, instituições e debates científicos podem ser encontradas nos trabalhos de Luis Otávio Ferreira e Márcia Silva. Ferreira discute o papel dos periódicos como espaços de interlocução e produção de conhecimento no contexto dos problemas sanitários cariocas (segunda metade do século XIX). FERREIRA, Luis Otávio. “Os periódicos médicos e a invenção de uma agenda sanitária para o Brasil (1827-43)”. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 6(2): 331-351, 1999. Márcia Silva – através dos periódicos médicos paulistas - destaca como a análise desta fonte nos permite observar controvérsias, dinâmicas políticas e teorias científicas antes delas se tornarem parte de um discurso oficial, curricular e estabilizado. SILVA, 2014.

⁶ MOTT, Maria Lúcia; ALVES, Olga Sofia Fabergé. “Farmacêuticas em São Paulo (1901 – 1919)”. In: Boletim do Instituto de Saúde, São Paulo (38): 24-27, 2006.

⁷ Ao longo deste artigo, o termo “discurso” não será mobilizado como conjunto de códigos linguísticos afastados da realidade concreta, desejo, justamente, me afastar desta dualidade, tomando como base as reflexões de Michel Foucault: “Essas relações [discursivas] caracterizam não a língua que o discurso utiliza, não as circunstâncias em que ele se desenvolve, mas o próprio discurso enquanto prática.” FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. Trad.: Luís Felipe B. Neves. 8ª Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, p. 56.

⁸ Em meio às políticas modernizadoras da Primeira República, a ‘mulher’ – assim identificada - assumiu uma nova tarefa política frente ao Estado: educar os futuros cidadãos, transmitindo aos filhos as concepções de saúde higiênica e educação cívica. MARTINS, Ana Paula V. *A mulher no discurso médico e intelectual brasileiro*. In: *Visões do Feminino a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. 20ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

⁹ Thomas Laqueur (2001) discute historicamente as diferentes concepções sobre corpos, prazeres e reprodução. O autor argumenta que em meio às disputas políticas que marcaram o século XVIII e XIX, a anatomia (tomada como evidência biológica) foi evocada como marcador de diferenças entre ‘homens’ e ‘mulheres’, assim como, foi mobilizada para estabelecer qual seria o papel de cada um na nova ordem social. LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo corpo e gênero dos gregos a Freud*. Trad. Vera Whaterly. Rio de Janeiro: Editora Relume-Dumará, 2001.

¹⁰ LATOUR, Bruno. *Investigación sobre los modos de existencia*. Trad. Alcira Bixio. 1ª Ed. Buenos Aires: Paidós, 2013, p.132.

¹¹ “São Paulo 15 de Maio de 1895”. In: *Revista Farmacêutica*, São Paulo, vol.1 (1): 01-02, maio de 1895, p.01.

¹² PIMENTA, Tânia S. “Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade do Oitocentos”. In: *História Ciências Saúde Maguinhos*, vol. 11 (1): 67 -92, 2004.

¹³ Sociedade Farmacêutica Brasileira (1852-1878) e o Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro (1858-1887). VELLOSO, Verônica Pimenta. *Farmácia na Corte Imperial (1851 - 1887): práticas e saberes*. [Tese]. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz, 2007.

¹⁴ *Anais de Medicina, Cirurgia e Farmácia para o Império do Brasil (1827-1828)*; *Revista Pharmaceutica: Jornal da Sociedade Pharmaceutica Brasileira (1851-1857)*; *A Abelha: Periódico da Sociedade Pharmaceutica Brasileira (1862-1864)*. *Idem. Ibidem*.

¹⁵ *Idem. Ibidem*.

¹⁶ “Nas boticas oitocentistas vendia-se mais do que remédios e franguinhos para os caldos e as canjas medicinais, realizando-se ali também grandes transações, que iam desde negócios com casas e capturas de escravos até assinaturas para impressão de gramática.” MARQUES, Vera Regina B. “Medicinas Secretas magia e ciência no Brasil Setecentista”. In: CHALHOUB, Sidney. (Org.) *Artes e Ofícios de Curar no Brasil*. 1ª reimpressão. Campinas: Editora Unicamp, 2009, p. 177.

¹⁷ Ao analisar as atividades experimentais da ciência moderna, Bruno Latour cita a coexistência de dois momentos: a hibridização e a purificação: “(...) se levamos em consideração os híbridos, estamos apenas diante de mistos de natureza e cultura; se consideramos o trabalho de purificação, estamos diante de uma separação total entre natureza e cultura. É a relação entre os dois processos que eu gostaria de compreender”. LATOUR, Bruno. *Jamais Fomos Modernos*. 2ª Ed. Tradução: Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2009, p.35

¹⁸ D’AZIR. (1895) “De Mez em Mez”. In: *Revista Farmacêutica*, São Paulo, vol. 1(3): 59-62, julho de 1895, p. 60.

¹⁹ SALGADO, Vieira. “Exercício ilegal da odontologia – Memória apresentada ao 6º Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia”. In: *Revista Odontológica Paulista*, São Paulo, vol. 4(2): 16-20, janeiro de 1908, p. 18.

²⁰ Em diálogo com Isabelle Stengers e Donna Haraway desconfiamos desta concepção de prática científica segundo a qual o farmacêutico (homem-cientista) seria um observador distanciado que apenas revelaria sinais (ideias), já existentes na natureza. Essa noção progressista carrega consigo o dualismo segundo o qual em uma extremidade estaria o cientista - ser “não marcado”, possuidor de um ponto de vista privilegiado, distanciado, sem hesitações, vinculado ao masculino e ao universal – e, na outra, encontrar-se-iam os seres “marcados” – que se aliarão ou misturarão com os objetos de estudo, subjetivos, femininos e hesitantes. STENGERS, Isabelle. “L’Étoffe Du Chercheur”. In: STENGERS, Isabelle. *Une autre science est possible! Manifeste pour un ralentissement des sciences*. Paris: La Découverte, 2013. HARAWAY, Donna. “Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, vol. 5: 07 -41, 1995.

²¹ COSTA, Mariano. “Algumas Considerações sobre a Classe Farmacêutica”. In: *Revista Farmacêutica*, São Paulo, vol.1(2): 25-28, junho de 1895, p. 26.

²² HARAWAY, Donna. “Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, vol. 5: 07 -41, 1995.

²³ COSTA, Mariano. “Algumas Considerações sobre a classe farmacêutica”. In: *Revista Farmacêutica*, São Paulo, vol.1(1): 2-5, maio de 1895, p. 5.

-
- 24 Conforme se observa em artigo publicado na sessão Notícias de fevereiro de 1902 pela Revista Farmacêutica: “A Escola de Pharmácia, com a atual organização oferece às senhoritas estudiosas três profissões que lhe são apropriadas, e por meio das quais poderão viver independentemente da tutela dos poderes públicos e até...dos maridos: as profissões de pharmacêutica, de dentista e de parteira.”. “Notícias”. In: Revista Farmacêutica, São Paulo, vol.6 (2): 30, fevereiro de 1902, p.30.
- 25 “Escola de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia de São Paulo”. In: Revista Farmacêutica e Odontológica, São Paulo, vol. 07(12): 187-189, dezembro de 1903.
- 26 HARAWAY, 1995.
- 27 “Acta da 1ª reunião”. In: Revista Farmacêutica, São Paulo, vol. 4(6): 139-141, outubro de 1898, p.141.
- 28 “Escola Livre de Pharmácia de S. Paulo Sessão de Instalação realizada 11 de fevereiro de 1899”. In: Revista Farmacêutica, vol. 4(10): 174-179, fevereiro de 1899, p. 176.
- 29 Foram citadas: Dona Catulitia Ribeiro, D. Brites Álvares, D. Clymente de Andrade, D. Vera Andrade, D. Maria Augusta Nogueira e D. Deolina Bigalke. “Lista dos Sócios da Sociedade Odontológica Paulista inscritos até 30 de novembro de 1905.” In: Revista Odontológica Paulista, vol. 1(4): 30-32, novembro de 1905.
- 30 Andrade, Clymente.” Conferência feita pela distinta Cirurgiã Dentista D. Clymente de Andrade, no dia 27 de Dezembro de 1905” In: Revista Odontológica Paulista, vol. 1(5): 01-10, novembro de 1905, p. 08.
- 31 BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade. Trad.: Renato Aguiar. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- 32 Andrade, Clymente.” Conferência feita pela distinta Cirurgiã Dentista D. Clymente de Andrade, no dia 27 de Dezembro de 1905” In: Revista Odontológica Paulista, vol. 1(5): 01-10, novembro de 1905, p. 10.
- 33 Andrade, Vera. “Conferência feita pela distinta Cirurgiã Dentista D. Vera de Andrade, no dia 03 de julho de 1906”. In: Revista Odontológica Paulista, vol. 2(7): 01-09, julho de 1906, p. 03.

Recebido em: 19/08/2016

Aprovado em: 30/10/2016